



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 169 - Agosto 2011

O TEMA CENTRAL DESTE BOLETIM: REDD+

No meio da dor pela partida de nosso querido companheiro Ricardo Carrere, a quem dedicaremos o boletim de setembro, não podemos senão seguir seu trilha, transitando pelos caminhos que ele abriu.

Portanto, neste boletim continuamos denunciando o mecanismo REDD e REDD+, do que Ricardo tinha dito: “com certeza haverá alguns projetos “vitrine”, que contribuirão com fundos às comunidades das florestas, que seriam utilizados como publicidade para promover REDD. Mas seriam exceções à regra”. E alertou sobre os perigos da perda de direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais sobre suas florestas, visando à “conservação”.

NOSSA OPINIÃO

- REDD+: é possível ‘consertar’?

PRESOS NA REDD

- Os ‘defeitos’ do enfoque REDD+
- Um projeto piloto REDD de Conservação Internacional na República Democrática de Congo (RDC) – uma produção bem diferente da Walt Disney
- Um projeto de redução de desmatamento no Paraná, Brasil, e a perseguição das comunidades

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- Para o 21 de Setembro

NOSSA OPINIÃO

- REDD+: é possível ‘consertar’?

Nos últimos 5-6 anos, o tema das florestas tem ganhado novamente destaque em âmbito internacional. Porém, isso ocorreu de uma forma bem particular: é o debate de como conservar ao máximo o carbono presente nas florestas. Reduzir as emissões de carbono de florestas que resultam do desmatamento e degradação florestal têm sido objeto de elaboração de políticas nas conferências mundiais do

clima, com destaque para uma palavra esquisita e de difícil compreensão para muita gente: REDD ou, mais recentemente, REDD+.

Apesar de ser louvável combater e reduzir o desmatamento, fazer isso a partir do interesse principal em carbono e REDD+ é, de antemão, não priorizar as comunidades que vivem das florestas e seus problemas. Tampouco considera papéis cruciais das florestas como a conservação da maior parte da biodiversidade e dos recursos hídricos do planeta. REDD+ trata-se de uma visão reduzida sobre o problema do desmatamento que atende a interesses de grandes poluidores dos países industrializados na medida em que os exime de mudar seus sistemas poluidores. E mais, REDD+ tem causado mais problemas para os povos da floresta.

Analisamos neste boletim alguns 'pecados' do REDD+, focando nossas atenções em riscos ligadas à sua implantação para os povos da floresta, sobretudo, seus direitos territoriais e o uso tradicional da floresta para sua subsistência. Nesse sentido, queremos olhar também mais de perto para duas experiências de projetos REDD, um mais antigo do Brasil e outro mais recente da República Democrática do Congo. Nas duas experiências, nos interessa, sobretudo, conhecer a visão e experiência da população diretamente impactada. Vemos que enfrentam vários problemas graves.

A partir de mais de cinco anos de debates a nível internacional, envolvendo governos, ONGs, pesquisadores, corporações, consultores, bancos, etc., e lendo os relatos sobre os projetos pilotos REDD, que pretendem ser experiências exemplares para serem seguidas, surge em nossa mente uma pergunta: é possível 'consertar' os problemas do mecanismo REDD+, para o qual continuam sendo gastas quantias enormes de recursos em reuniões, consultas, conferências e projetos?

Parece-nos que o momento atual mostra mais do que nunca que é necessário que sejam tomados outros caminhos além do REDD+. Primeiramente, é preciso atualizar e analisar as causas diretas e indiretas do desmatamento, no âmbito dos países e internacionalmente. Isso tem sido feito pouco e de forma insuficiente nos últimos anos e sem a participação indispensável dos povos que vivem nas florestas e organizações que trabalham diretamente com eles a temática de desmatamento.

Em segundo lugar, é necessário reconhecer a contribuição dos povos da floresta na conservação da mesma, algo que os que promovem projetos REDD+ não fazem, simplesmente porque a presença de populações nas florestas constitui para eles um 'problema'. Isso porque, segundo esses promotores de projetos, o uso comunitário da floresta compromete negativamente os cálculos das quantidades de carbono que os especialistas no assunto afirmam que poderiam ser conservadas numa determinada área de floresta de um projeto REDD. Vemos na prática uma política mais ou menos explícita de exclusão das comunidades das florestas que costumavam usar.

A tendência provável de que REDD+ se transforme unicamente em mecanismo de mercado contribui inclusive para que poluidores possam continuar poluindo compensados pelo carbono supostamente armazenado nas florestas preservadas,

umentando a poluição industrial. Adiamos assim a implantação de medidas estruturais para a crise climática que têm a ver com padrões de produção e consumo absolutamente indesejáveis, beneficiando uma minoria da população mundial, e que acabam destruindo muito mais as florestas do que qualquer projeto que programa REDD+ seria capaz de conservar.

[início](#)

PRESOS NA REDD

- Os 'defeitos' do enfoque REDD+

O mundo está preso em uma séria crise climática em decorrência do dramático aumento de gases antropogênicos (isto é, causados pelos seres humanos) na atmosfera, que causam um perigoso aumento na temperatura global, o que é conhecido como aquecimento global. No entanto, apesar de ser um processo global, ele não tem sido causado tão “globalmente” assim. Nem todos os seres humanos são culpados por essa situação nem os que historicamente têm contribuído com a maior parte do problema –países industrializados do norte- estão assumindo sua responsabilidade.

Fortes reclamações –incluindo as nossas- alegam que a causa final subjacente do problema pode ser achada no atual sistema consumista “exportado” dos países industrializados do norte do mundo, onde a produção, o comércio e o consumo engolem grandes quantidades de combustíveis fósseis.

A chamada comunidade internacional (organizada nas Nações Unidas) tem reconhecido a crise, tem investido muito dinheiro em longas reuniões internacionais e tem proposto uma mistura de medidas baseadas no mercado e compromissos de redução pobres e insuficientes, para lidar com a mudança climática. Além de não conseguir lidar com a raiz do problema, essas medidas têm até permitido poluir países para evadir esses compromissos de reduções. O resultado é que as emissões de gases de efeito estufa continuam aumentando.

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) se tem focalizado recentemente no desmatamento e na degradação das florestas como fonte de emissões de carbono. No entanto, recordando o que foi dito há algum tempo, na premissa de que o carbono liberado a partir do desmatamento é o mesmo que o carbono resultante da queima de combustíveis fósseis é falsa, já que a mudança climática não tem sua origem nas emissões das florestas, senão no constante aumento do estoque total de carbono atmosférico decorrente da queima de combustíveis fósseis. É esse carbono, armazenado no subsolo durante milhões de anos sob a forma de carvão, petróleo e gás, que gera o problema. Tal carbono-que não faz parte do ciclo natural do carbono emitido e absorvido permanentemente pelos vegetais- começou a se acumular na atmosfera e originou o aquecimento global, que por sua vez desencadeia a mudança climática. Pretender que as emissões de carbono dos combustíveis fósseis possam ser “compensadas” pelo singelo trâmite de evitar emissões resultantes do desmatamento é um argumento falso, dilatatório e letal. (1) Obviamente, isso não quer

dizer que o problema do desmatamento deve ser deixado de lado, no entanto, deve sublinhar-se que o REDD está apenas abordando uma fonte de carbono menor, enquanto ao mesmo tempo não aborda o complexo conjunto de impulsores diretos e especialmente subjacentes do desmatamento.

Em 2005, sob a COP 11 da UNFCCC, as chamadas estratégias REDD (redução de emissões decorrentes de desmatamento e degradação das florestas) entraram em cena. Depois, em 2008, a COP 13 acrescentou os conceitos de “conservação, manejo sustentável e melhoria dos estoques de carbono das florestas”, dando lugar ao que é conhecido como REDD+. Os incentivos financeiros já têm acudido a uma série de projetos que supostamente estão destinados a conservar as florestas em países tropicais ou subtropicais do sul, por causa do carbono.

Os programas REDD+ implicam complexas estratégias de monitoração, relatórios e verificação (MRV, por sua sigla em inglês), onde os governos nacionais estão sendo assistidos em sua preparação por organizações das Nações Unidas – incluindo a FAO, PNUMA e PNUD sob o programa Nações Unidas-REDD- enquanto o Banco Mundial tem estado liderando a provisão de incentivos econômicos através da Forest Carbon Partnership Facility (FCPF –Parceria para o Carbono Florestal-) do Banco.

Enquanto a focalização em desmatamento em países do sul reduz a pressão sobre os países industrializados do norte para reduzir suas próprias emissões, as instituições que governam o REDD+ têm sido empoderadas para formar e definir, validar ou marginalizar decisões relacionadas com a posse da terra, a distribuição de benefícios e o manejo florestal em países do sul. Além disso, uma série de princípios e standards vão definir como medir os estoques de carbono –bem como quem participa do processo e em que medida. Como foi sublinhado em um relatório sobre REDD+ por Thompson, Baruah e Carr (2), esse controle sobre a participação e a validação de determinadas práticas, dados e análises na abordagem da mudança climática atinge não apenas as comunidades locais mas também os estados que estão limitados por estruturas que socavam sua soberania, na medida em que essas estruturas definem o que será medido e como.

De outro lado, os projetos REDD+ tendem a reforçar a função do estado, incluindo muitos estados que não reconhecem devidamente os direitos à terra dos povos da floresta e relacionados com a floresta, que têm sido realmente os verdadeiros guardiões da floresta. Os dados de satélites usados pelo Woods Hole Research Center e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia têm mostrado que as terras de florestas onde os direitos indígenas têm sido reconhecidos detiveram o corte em regiões fronteiriças de alto desmatamento na Amazônia. Apesar disso, REDD+ outorga incentivos econômicos aos governos para deixar as florestas intactas, o que implicará despejo e marginalização dos povos das florestas. Além disso, a repressão dos usos tradicionais da terra de florestas terá um impacto inevitável sobre os meios de vida e portanto sobre a segurança alimentar e a soberania das comunidades locais, bem como sobre suas estruturas históricas e formas de vida que nutrem sua identidade. Enquanto isso, as indústrias de combustíveis fósseis, as companhias de plantação e outros desmatadores industriais são ignorados.

Os povos indígenas também enfrentam o problema de falta de informação. Citando

o referido relatório: “muitas críticas das atividades de REDD+ no mundo inteiro citam informação insuficiente fornecida aos povos indígenas, resultando em maior marginalização de grupos já vulneráveis”.

As reclamações apontam não apenas para a falta de informação. Em janeiro de 2010, um líder nativo da Papua Nova Guiné dos Povos Kamula Doso, Abilie Wape, denunciou que foi forçado, enquanto lhe apontavam uma arma, a entregar os direitos do carbono da floresta de sua tribo: “Ele vieram e me prenderam à noite. A polícia veio com uma arma. Eles me ameaçaram. Forçaram-me a entrar no veículo. Então fomos para o hotel à noite. Eles me disseram: ‘Assine. Se você não assinar, vamos trazer um policial para encarcerá-lo.’”(3)

A estrutura REDD+ também pode dar forma a um assunto fundamental como é a posse da terra, que está relacionada não apenas com as comunidades locais, mas também com o desmatamento. Um estudo realizado pelo IIED sobre posse da terra em REDD (4) explica que “a posse pouco clara ou insegura pode por si mesma promover o desmatamento. Os usuários de recursos podem ter pouco incentivo para proteger o recurso se sentirem que não têm participação nele. ... Além disso, a posse pode influenciar a distribuição de riscos, custos e benefícios de transferências financeiras vinculadas à conservação da floresta. Uma posse mais segura é portanto provável que outorgue aos povos locais mais alavancagem em negociações com o governo e o setor privado.”

O relatório, que tem identificado regimes de posse em sete países de florestas tropicais e alguns dos desafios que apresentam para REDD explica que: “Como é provável que os esquemas REDD estejam regulados pela legislação nacional em vez da legislação tradicional, um assunto principal é o grau no que os sistemas de posse tradicionais são reconhecidos e protegidos sob a legislação nacional”. E conclui: “Será difícil determinar quem deveria ser apoiado sob os esquemas REDD, isto é, quem deveria obter os pagamentos, já que a posse é pouco clara sobre grande parte das terras sob ameaça de desmatamento. A experiência nos diz que, enquanto o valor das florestas em pé ou terras de florestas aumenta, os atores poderosos tendem a capturar esses valores em detrimento dos pobres menos poderosos, dependentes das florestas. Se REDD aumentar o valor, também pode aumentar os conflitos, enquanto que os reclamantes ganham mais adquirindo controle. Os perigos críticos com a incerteza da posse incluem: violação dos direitos tradicionais em favor do investimento estrangeiro, interesses comunitários contidos em contratos abusivos de longo prazo; e especulação a respeito da terra pelos investidores às expensas dos interesses comunitários.”

Como Tom Goldtooth, da Indigenous Environmental Network disse: “O debate deve ser sobre direitos à propriedade; direitos tradicionais à terra e posse da terra; e como se define isso dentro das discussões de REDD e terras de florestas. A inserção de linguagem estrita que reconheça os direitos dos Povos Indígenas é muito importante aqui porque não se trata apenas de participação plena. Como é possível ter participação plena sem direitos?” (5)

Um REDD+ baseado no mercado, o resultado mais provável do processo inteiro, inclusive para propostas de REDD+ baseadas em fundos, outorgará mais poder aos interesses corporativos, na medida em que tenham mais dinheiro e experiência do

que as comunidades locais no momento de apresentar projetos e cumprir com requisitos complexos. Portanto, as companhias comerciais entram em cena, transformando-se em atores no mesmo nível que as comunidades que por muito tempo têm protegido a floresta enquanto a usam para satisfazer suas necessidades.

Para as mulheres, o impacto dos mecanismos baseados no mercado é duplo. Elas geralmente ocupam uma posição marginal nas economias monetárias, enquanto sua função como cuidadoras da família -a cargo de criar os filhos, cozinhar, trazer água, cuidar os anciões, etc.- e das florestas é economicamente invisível. Além disso, raras vezes participam na concretização de transações. É mais provável que percam aqueles em uma posição de negociação inicial mais débil.

Enquanto que um grande defeito do enfoque de REDD+ como uma suposta solução ao desmatamento é que descuida as causas subjacentes do desmatamento e a degradação das florestas, culpando finalmente às comunidades da floresta, outro grande defeito é que REDD+ tem aberto a porta para as plantações de monoculturas de árvores.

O Protocolo de Kyoto se adere à definição de florestas da FAO, que inclui qualquer área com uma determinada quantidade de árvores. Portanto, até as plantações de árvores industriais geneticamente modificadas são consideradas um tipo de florestas –florestas plantadas. As atividades REDD+ provavelmente adotarão essa definição, inclusive mais na medida em que o enfoque REDD+ reforce a visão reducionista das florestas – agora transformadas apenas em “estoques de carbono”.

Temos mencionado alguns dos principais defeitos de REDD+ mas talvez o pior de todos é que não lida com o urgente problema que deveria resolver: a mudança climática. Em tempos nos que uma ação concertada em grande escala em muitos países –principalmente aqueles com mais níveis de emissão- é urgentemente necessária, REDD+ se transforma em uma falsa solução que desvia a atenção da medida real: reduzir as emissões de carbono na fonte.

(1) Boletim 160 do WRM

http://www.wrm.org.uy/publications/briefings/From_REDD_to_HEDD.pdf

(2) “Seeing REDD+ as a Project of environmental governance”, Mary C. Thompson, Manali Baruah, Edward R. Carr, 2010, pp 100-110, ELSEVIER, www.sciencedirect.com

(3) “Carbon Markets Violate Indigenous Peoples' Rights and Threaten Cultural Survival”, Comunicado à Imprensa, 1/13/10, Indigenous Environmental Network, <http://www.globaljusticeecology.org/pressroom.php?ID=345>

(4) “Tenure in REDD – Start-point or afterthought?” Cotula, L. e Mayers, J. 2009, Natural Resource Issues No. 15, International Institute for Environment and Development, Londres, UK, <http://pubs.iied.org/pdfs/13554IIED.pdf>

(5) “The REDD train is going pretty fast and it's left us at the station: Interview with Tom B.K. Goldtooth”, por Chris Lang, <http://www.redd-monitor.org/2009/01/14/interview-with-tom-bk-goldtooth/>

- Um projeto piloto REDD de Conservação Internacional na República Democrática de Congo (RDC) – uma produção bem diferente da Walt Disney

Na República Democrática de Congo (RDC), um projeto piloto REDD está sendo promovido pela Conservação Internacional (CI) e financiado pela empresa de entretenimento Walt Disney. O projeto é desenvolvido em reservas naturais: Tayna e Kisimba-Ikobo. Trata-se de um dos primeiros projetos na região.

Apesar das apresentações positivas do projeto, disponíveis na internet, pouco se sabe sobre o que ocorre de fato no local, sobretudo com as comunidades diretamente impactadas pelo projeto. Na África em geral e na RDC em especial, as comunidades que vivem e dependem de florestas para sua sobrevivência travam uma luta árdua para terem seus direitos reconhecidos sobre suas terras e o uso das florestas.

Por isso, o WRM decidiu realizar um estudo de caso (1) para conhecer os impactos do projeto acima citado de CI/Walt Disney, buscando ouvir e dar voz a representantes das comunidades locais e de outras organizações envolvidas, a fim de contribuir para o debate sobre REDD em âmbito local e nacional na RDC, bem como internacionalmente.

A importância das florestas no Congo e os direitos das comunidades

A RDC detém a maior área florestal da África, com diferentes tipos de florestas e uma biodiversidade extremamente rica. Entre 35 e 40 milhões de pessoas dependem delas para sua subsistência em termos de alimentação, saúde, moradia e energia. Para muitas comunidades, as florestas possuem significados espirituais, culturais e sociais.

A luta das comunidades para garantir seus direitos legais sobre as terras onde vivem e as florestas que usam é muito difícil. A Constituição do país garante um certo reconhecimento desses direitos, mesmo que todas as terras a princípio pertençam ao estado Congolês. O Artigo 22 do Código Florestal permite às comunidades obterem um título de concessão, baseado no seu direito tradicional sobre as terras que ocupam e usam, mas as modalidades de como exercer esse direito ainda continuam em discussão. Enquanto isso, na prática, o direito das comunidades de ocuparem suas terras tradicionais e de fazerem um uso tradicional das florestas está sendo violado e inúmeras comunidades vêem suas terras serem transformadas, por exemplo, em parques nacionais. Apesar de a lei obrigar o Estado a consultar as comunidades sobre a criação dessas áreas, isso não impede a criação delas e geralmente ocorre por meio da expulsão das comunidades. Hoje, há mais de 26 milhões de hectares, chamados de 'classificados', por exemplo, parques nacionais onde os direitos de uso das comunidades são extremamente limitados ou proibidos.

Além disso, por mais de uma década, a RDC tem vivido um conflito armado envolvendo países vizinhos, alimentado pela competição do controle sobre recursos naturais, sobretudo minerais, de grande interesse de empresas transnacionais, o que tem causado um enorme sofrimento para a população, sobretudo na região Leste do país. Grupos armados continuam ativos nessa região, inclusive na área da reserva Kisimba-Ikobo, mantendo um clima de insegurança no

local, onde se desenvolve o projeto REDD da CI/Walt Disney.

O processo REDD em DRC

A RDC tem sido o primeiro país da Bacia do Congo a se beneficiar de financiamentos para REDD através do FCPF (2) (US\$ 200 mil) do Banco Mundial e a UN-REDD (3) (US\$ 3,4 milhões) das Nações Unidas, com o objetivo de implantar o mecanismo REDD no país depois de 2012. Um outro financiamento, ainda não operacional, para projetos pilotos, viria da Noruega e do Reino Unido. Em geral, os diversos atores envolvidos na promoção de REDD dão muita importância para os projetos pilotos, inclusive o de CI/Walt Disney.

Chama a atenção como os povos da floresta na RDC nesse processo oficial acabam sendo apontados várias vezes como principais responsáveis pelo desmatamento com sua prática de agricultura itinerante. Isso ocorre, por exemplo, num relatório de autoria da empresa norte-americana de consultoria McKinsey, divulgado em 2009, sobre o potencial de REDD+ na RDC. O mesmo relatório dissimula a responsabilidade das empresas madeireiras. Além disso, o relatório do McKinsey propõe programas de florestamento e reflorestamento com agricultura em larga escala, por exemplo, plantações de palma de dendê, em 7 milhões de hectares de terras supostamente 'marginais' e em outros 4 milhões de hectares de florestas supostamente degradadas, apesar dos grandes impactos que a expansão da palma está causando na África sobre o meio ambiente e as comunidades locais (4) e dos impactos negativos também constatados na Ásia e na América Latina.(5)

O projeto piloto REDD da CI/Walt Disney

O projeto piloto em questão é resultado de um acordo assinado entre Walt Disney e CI no valor de US\$ 7 milhões. Segundo a informação de marketing divulgada na internet, esse valor destina-se a "proteger florestas no Peru e na RDC". Com a proteção e gestão sustentável de mais de 500 mil hectares de florestas tropicais, a emissão de 900 mil toneladas de CO₂ seriam evitadas.

No caso da RDC, o projeto visa proteger duas reservas chamadas 'comunitárias' na província de Kivu do Norte, Tayna e Kisimba-Ikobo, e melhorar os serviços sociais em apoio ao desenvolvimento local e à redução da pobreza das comunidades. A Walt Disney estaria disponibilizando US\$ 4 milhões para o projeto na RDC, lembrando que trata-se de uma empresa que teve um resultado financeiro líquido em 2010 de US\$ 7,59 bilhões. A empresa tem divulgado que o apoio ao projeto faz parte de sua política ambiental de reduzir pela metade suas emissões de gases de efeito estufa.

Na RDC, o projeto é administrado em parceria com o Fundo Internacional de Gorilas Diana Fossey (DFGFI), a UGADEC, uma união de associações de conservação de gorilas e em apoio ao desenvolvimento comunitária nessa região, valorizando o conceito de 'reserva comunitária'. Também a USAID (6) é parceiro através do programa CARPE (7).

O que é uma 'reserva comunitária' nesse contexto?

Uma "reserva comunitária" é uma área ocupada e administrada por

comunidades locais, dividida em três zonas: uma zona integral, onde qualquer atividade humana é proibida; uma zona tampão, onde atividades humanas são permitidas, mas controladas; e uma zona de desenvolvimento onde são previstas a produção permanente e melhorias na infraestrutura.

A chamada 'reserva comunitária' Tayna, de 90 mil hectares, foi criada inicialmente em 1998 por alguns defensores da ideia desse tipo de 'reserva', e com a participação de dois chefes tradicionais. A Reserva é considerada a primeira iniciativa do tipo na RDC e até mesmo na África Central. Em 2006, a 'reserva comunitária' foi reconhecida pelo Estado e transformada em uma reserva natural, chamada Reserva Natural de Tayna (RNT) por ato do Ministério de Meio Ambiente e Conservação da Natureza. Esse ato definiu a área como sendo do Estado, porém transferiu a gestão da reserva do órgão estatal competente (ICCN (8)) para uma organização 'comunitária', chamada RGT (Reserva de Gorilas de Tayna). Em seguida, as comunidades vizinhas têm sido beneficiadas por alguns projetos como implantação de energia em algumas comunidades a partir de uma pequena hidrelétrica, a instalação de uma universidade de conservação da natureza, melhorias na infraestrutura de saúde e educação, entre outros.

A segunda reserva comunitária que faz parte do projeto REDD é a Reserva de Primatas de Kisimbo-Ikobo (RPKI), com 137 mil hectares. Foi criada numa tentativa de expandir o modelo implantado em Tayna, localizado mais ao norte na mesma província. A RPKI, da mesma forma como a reserva de Tayna, foi ratificada como reserva natural por um ato ministerial em 2006. Para a gestão da reserva, foi criada a RECOPRIBA (9).

As duas reservas fazem parte de uma estratégia nacional de conservação buscando criar um corredor que ligaria os parques nacionais de Kahusi Biega (PNKB) e Maiko.

No caso da RPKI, uma parcela significativa das lideranças tradicionais e membros de comunidades, homens e mulheres, resistem, desde 2003, à sua criação, o que já resultou numa vasta bibliografia de cartas de protesto às autoridades e respostas das mesmas. Em determinado momento, o Ministério da Justiça chegou inclusive a suspender a RECOPRIBA, mas isso não impediu a criação da reserva natural de Kisimbo-Ikobo em 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente e Conservação da Natureza. Essa criação parece apenas ter agravado os conflitos porque restringiu muito o direito de uso da floresta pela comunidade e é por isso contestada por ela e vista como um verdadeiro ataque a seu modo de vida.

A luta de parcela das comunidades de Kisimbo-Ikobo é agora para revogar a criação da reserva natural e defender o manejo florestal comunitário a partir do controle das comunidades sobre o território com base nos direitos constitucionalmente garantidos. O ato de criação da reserva natural deveria ser anulado pelo simples fato de que apenas dois chefes locais o assinaram, supostamente representando todas as comunidades. No entanto, eles não tinham autorização específica para isso.

Impactos do projeto REDD sobre as comunidades

Mesmo que a assinatura do acordo para fins do projeto entre Walt Disney e CI tenha ocorrido em 2009, ainda é difícil para a população se pronunciar sobre seus impactos, uma vez que, segundo UGADEC, o documento que descreve 'tecnicamente' o projeto REDD (Project Design Document - PDD), em termos de emissões evitadas de carbono, ainda está sendo elaborado e, com isso, os primeiros pagamentos do projeto são esperados só em 2012. Está sendo feito também um levantamento socioeconômico para definir as ações para beneficiar as comunidades.

No entanto, percebeu-se que desde que o projeto REDD começou a ser divulgado, várias atividades foram realizadas por seus promotores, mas dando, sobretudo, muita ênfase à *sensibilização* da comunidade sobre a importância de preservar a floresta pelo carbono armazenado nela, da mesma forma como era trabalhada a importância da preservação dos gorilas. Segundo os promotores do projeto, um ato assinado por lideranças comunitárias seria a prova concreta do consentimento livre e prévio por parte das comunidades.

Mas pudemos constatar que o consentimento com a implantação do projeto REDD na reserva de Kisimba-Ikobo é no mínimo parcial. E mais, o processo veio apenas aprofundar um conflito no qual está em jogo o direito territorial e o direito de uso da floresta. Parte da comunidade se opõe ao projeto REDD já que apenas fortalece a criação de uma reserva "comunitária" que, na verdade, tirou dessas comunidades o direito sobre suas terras ancestrais e as florestas. Numa carta recente das comunidades insatisfeitas dessa Reserva, dirigida ao governador da província, elas se opõem ao projeto REDD porque não respeita seus direitos à terra e não ofereceu a eles a possibilidade de apresentarem suas reivindicações.

Sendo assim, a parcela significativa da população de Kisimba e Ikobo que contesta a criação da reserva, e hoje o projeto REDD, tende a ficar ainda mais marginalizada. Os responsáveis do projeto REDD parecem ignorar o fato de que essa parcela da população não deu o consentimento ao projeto REDD, e não está tomando iniciativas para resolver o conflito. Ao contrário, os responsáveis da UGADEC informaram que iniciariam em breve a delimitação física e 'participativa' da reserva de Kisimba e Ikobo.

Mesmo entre aqueles que não contestam o projeto REDD, não existe uma clareza muito grande sobre ele, sobretudo sobre os deveres da população na área do projeto. Porém, há grandes expectativas, conforme um dos testemunhos locais ouvidos:

"Fomos informados sobre o projeto REDD e nos foi dito que vamos ter benefícios de uma forma abundante. Foi dito para nós para não mais atacarmos a floresta, mas protegê-la, da mesma forma como protegemos as gorilas....nos foi dito que as árvores produzem carbono e que isso é importante para o ar. Todo mundo vai ficar bem e a vida vai mudar. Nos disseram que o projeto é de 20 anos e já há três anos que começou e ainda não temos visto nada. Vemos então que os benefícios demoram para chegar e que a população começa a se desanimar. Continuamos esperando porque nos encheram de esperança".

Portanto, percebe-se uma falta muito grande de informações relevantes sobre o projeto. A maior fonte de informação parece ser a internet numa zona com pouco ou nenhum acesso. Além disso, os atores locais não têm conhecimento do contrato assinado entre CI e Walt Disney, muito menos do orçamento do projeto, nem mesmo as lideranças locais envolvidos na criação das reservas. Portanto, não sabem avaliar as implicações do projeto para a comunidade. Alguém afirmou que *“CI e DFGFI têm guardado muito a informação”*.

Além disso, não há clareza, sobretudo entre lideranças comunitárias ouvidas, sobre a divisão de tarefas entre CI, DFGFI, UGADEC, RGT e RPKI. O que várias pessoas sabem dizer é que CI é responsável pelas finanças do projeto, enquanto cabe a DFGFI a parte administrativa e técnica. Uma liderança local afirmou que: *“É nossa floresta e são outras pessoas que administram nosso lugar”*.

Percebe-se também que para a maioria das pessoas ouvidas, diretamente envolvidas na implantação do projeto, um projeto REDD é sinônimo de comercialização de créditos de carbono, portanto, afirmam que é necessário calcular a quantidade de carbono disponível na floresta e a quantidade que possa ser comercializada. Mas o que chama a atenção é que ninguém parece se preocupar com quem de fato teria o direito sobre o carbono calculado que seria “comprado” pela Walt Disney, o que teria implicações também para a partilha dos recursos pagos pela empresa por esses créditos. Sem definição, esse ponto fica sujeito a possíveis novos conflitos no futuro.

Por fim, percebeu-se que se os homens já têm pouca informação sobre REDD, as mulheres têm muito menos. Numa conversa com membros de uma associação de mulheres no entorno da reserva de Tayna, uma delas disse que *“nós nunca ouvimos falar de REDD”*. Isso chama a atenção considerando o papel fundamental das mulheres na conservação das florestas.

Considerações finais

Esse projeto piloto REDD chegou à região Leste da RDC criando muitas expectativas entre os diversos atores envolvidos, sobretudo entre as comunidades locais. No entanto, até o momento, o projeto contribuiu mais para fortalecer e beneficiar a presença e imagem da CI e Walt Disney, como protetoras de florestas, chamadas de comunitárias.

Enquanto isso, ocorre um conflito grave sobre o direito à terra e à floresta, envolvendo uma parcela significativa da comunidade de Kisimba e Ikobo. Esse conflito merece uma solução urgente por parte das autoridades.

Na verdade, a experiência demonstra que na lógica de REDD, as comunidades se transformam num ‘obstáculo’, inclusive identificadas como causadoras de desmatamento nos relatórios produzidos dentro do processo oficial de REDD na RDC. Nesse sentido, a luta da parcela significativa das comunidades de Kisimba e Ikobo por uma outra forma de manejo florestal, baseado no respeito dos seus direitos territoriais e do seu uso das florestas, parece ter ficado mais difícil e distante. O que é urgente para eles são avanços legais e práticas para poder implantar sua proposta de manejo florestal comunitária, algo que tem o apoio e é

parte essencial do trabalho de várias ONGs locais da região, a exemplo da Reseau CREF, a partir da convicção de que essa proposta é importante para o futuro das comunidades e da conservação das florestas na RDC.

Por fim, a sobrevivência da floresta e das comunidades que dependem dela na RDC não pode ficar refém da comercialização de carbono dentro da lógica do REDD. É inaceitável que o sofrimento de comunidades locais num contexto de anos de guerra e violência aumente ainda mais em função de um interesse de uma empresa norte-americana de continuar poluindo, produzindo assim, com relativamente poucos recursos, uma imagem de protetora de floresta.

(1) Este artigo se baseia neste estudo de caso, promovido pelo WRM em maio de 2011, sobre o projeto piloto REDD da Walt Disney/CI na RDC. O informe geral deste estudo é da autoria do Belmond Tchoumba e será publicado pelo WRM em setembro de 2011.

(2) Forest Carbon Partnership Facility – Organismo para facilitar parcerias de carbono

(3) É o programa REDD das Nações Unidas que pretende contribuir com os países para preparar sua estratégia REDD+

(4) veja www.wrm.org.uy Oil Palm in África: past, present and future scénários.

(5) Veja www.wrm.org.uy

(6) Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

(7) Programa Regional de Meio Ambiente para Africa Central da USAID

(8) Instituto Congolês de Conservação da Natureza

(9) Reserva Comunitária de Primatas de Bakumbule

início

- Um projeto de redução de desmatamento no Paraná, Brasil, e a perseguição das comunidades

Em 1999, anos antes do lançamento do mecanismo REDD, um dos primeiros projetos de carbono em áreas de floresta no mundo já havia iniciado. Tratava-se de um projeto da ONG brasileira SPVS (*Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental*), em parceria com a ONG norteamericana TNC (*The Nature Conservancy*). O projeto está sendo desenvolvido no litoral do estado do Paraná, na região Sul do Brasil, mais especificamente nos municípios de Antonina e Guaraqueçaba.

Com recursos de três empresas americanas, a *General Motors*, a *American Electric Power* e a *Chevron*, a SPVS adquiriu áreas que, juntas, abrangem 18,6 mil hectares. Com atividades de preservação e restauração de áreas degradadas, a entidade afirma já ter removido 860 mil toneladas de carbono da atmosfera (1). Na lógica dos projetos REDD, os créditos advindos do carbono seriam aproveitados pelas empresas norteamericanas que financiam a SPVS para compensar parcela das suas emissões de poluentes. No entanto, não foram encontradas muitas informações no site da SPVS, nem no site das empresas Americanas, sobre os valores repassados por essas empresas à SPVS. As comunidades locais visitadas tampouco têm informação a respeito, o que já mostra uma falta de informação e transparência nesse aspecto.

O site da SPVS (2) divulga que, segundo o Serviço Florestal Brasileiro, o projeto está na categoria de “ações de REDD que têm gerado bons resultados”. No entanto, o projeto tem causado um impacto devastador sobre as comunidades locais residentes em torno das reservas da SPVS.

Breve histórico

Desde o processo de colonização da região, o litoral paranaense tem sido habitado por comunidades chamadas de ‘caiçaras’(3), além de comunidades indígenas e quilombolas. As comunidades se caracterizam por serem agricultoras e extrativistas. Elas convivem com a mata onde produzem seus alimentos de subsistência pelo sistema de pousio, com destaque para a produção da farinha de mandioca. Tiram da Mata Atlântica o palmito para se alimentar, cipó para fazer artesanatos e madeira para construção de moradias, cercas e canoas para a pesca. Praticam a caça e a pesca para a alimentação de suas famílias.

Portanto, percebe-se que essas comunidades dependem profundamente da floresta com a qual construíram uma convivência harmoniosa. Prova disso é o fato de que essa região situa-se entre as mais preservadas do bioma Mata Atlântica no Brasil, o mais devastado do país.

As comunidades nunca se preocuparam em registrar ou cercar as terras onde moram, já que costumavam considerar esse território como uma área de uso comum, de usufruto de todos/as. As terras são, na sua maioria, devolutas e sobre as quais as famílias sempre tiveram suas posses que foram repassadas de geração em geração. Trabalhavam no território, às vezes de forma individual, por família, e às vezes coletivamente, nas roças itinerantes.

A chegada dos fazendeiros

Uma primeira grande mudança que ocorreu na região a partir dos anos 1960 foi a chegada de madeireiras e, sobretudo, de fazendeiros. Os últimos começaram a registrar e se apropriar das terras, muitas vezes utilizando-se da grilagem, prática comum nas áreas rurais no Brasil. Em consequência disso, as famílias das comunidades foram ameaçadas e muitas expulsas de suas áreas. Os fazendeiros usavam ‘jaguços’ e até mesmo búfalos para invadir e tomar as propriedades dos pequenos agricultores. Os fazendeiros nessa região optaram pela criação do búfalo em vez do gado bovino por se tratar de um animal mais rústico e, portanto, mais adequado para conviver com o ambiente local nas áreas desmatadas, muitas vezes alagadas e, em geral, de difícil acesso e locomoção.

A chegada da SPVS: as promessas

No final dos anos de 1990, a SPVS chegou à região e começou a comprar grandes áreas das mãos dos fazendeiros. Ela também conseguiu comprar algumas áreas de posseiros, sobretudo daqueles que se sentiram mais pressionados pela ação da ONG. Segundo os moradores, inicialmente a SPVS empregou 47 pessoas da comunidade, pagando pouco mais de um salário mínimo. Três das funcionárias eram mulheres com salários ainda menores que os dos homens. A SPVS prometeu que os empregos durariam cerca de 40 anos, o mesmo tempo de existência

previsto para o projeto. A maioria dos funcionários foi empregada como guarda florestal. Além do emprego, a SPVS prometeu melhorias na renda e na vida das famílias.

Os impactos do projeto sobre a comunidade

No entanto, a chegada da SPVS constituiu um verdadeiro golpe para as comunidades. Foi a partir da compra das terras pela SPVS que as comunidades nessas áreas e do entorno começaram a perder o acesso à floresta abundante na região e aos rios, ou seja, começaram a perder sua liberdade, sua autonomia, seu direito de ir e vir e o direito do seu modo de vida. Perderam até mesmo o direito de cortar árvores nativas da própria propriedade, como foi o caso de um morador que plantou para sua sobrevivência uma área com palmito-juçara, uma árvore nativa. Hoje, ele não pode mais cortar essas árvores, mesmo que estejam localizadas em sua própria terra.

Para amedrontar as comunidades, a SPVS começou, junto com a polícia ambiental do estado do Paraná, chamada de 'Força Verde', a perseguir as comunidades. Essa violência continua até hoje, pois a 'Força Verde' invade até mesmo as casas das pessoas, sem que possua a devida autorização para isso:

Um morador de uma das comunidades conta que:

“Queriam fazer parceria com nós ali. Nós até aceitamos de fazer uma parceria (..) mas aí de repente eles começaram a mandar as guardas também. Passou mais ou menos uns três dias aí, começaram a mandar os guardas lá em casa. Entravam dentro da casa dizendo que tinha coisas escondido ali, tanta coisa errada, e se tivesse fechada a porta, entrava para dentro. Batiam na porta, eles falaram que era ordem de juiz, não estavam nem ligando, mas entravam assim mesmo. (..) a Força Verde, aí entrava ali, isso várias vezes, não era uma nem duas vezes, muitas vezes ali. (...) Nossa casa ali, se tiver algum tipo de arma aí, que prendesse tudo, levasse (...) Não podia ter um facão que eles queriam levar, queriam tudo (...) Não apresentavam nada, só chegavam e estavam dentro de casa lá. Nessa hora não estava em casa quando eles chegavam, com revólver em punho. Meu cunhado estava deitado na cama, a porta estava encostada assim, meu pai estava lá fora. Eles entravam para dentro, empurraram a porta, bateram até na porta até sair a trancazinha da porta. Ainda o meu cunhado estava meio adoentado com gripe e dor de cabeça. Já levou o revólver em punho, meu cunhado disse: “o que é isso rapaz, estou adoentado aqui, você entra desse jeito aí” (...). É dessa maneira que eles chegaram várias vezes em casa. E a parceria? Desse jeito não adianta parceria; parceria para te incomodar. Então, não adianta, melhor suspender. E eles queriam enganar muita gente desse jeito.

Uma outra moradora conta que o marido foi algemado em casa pela Força Verde, que disse que era o “serviço” deles. Em outro momento, quando ele cortou uma árvore para fazer uma canoa, ficou preso durante 11 dias. Para sair, teve que pagar fiança. Hoje vivem com dificuldades e medo: se ficar em casa, não tem como

sobreviver, mas se o marido sai para conseguir algum trabalho fora, a esposa e as crianças ficam numa situação de medo e insegurança, o que mostra também que os impactos da perseguição e do projeto da SPVS afetam as mulheres e as famílias como um todo.

Hoje, muitas famílias vivem traumatizadas e a situação é de tamanha gravidade que várias acabaram desistindo de continuar vivendo no local onde moram há gerações. Famílias que produziam e vendiam farinha compram hoje tudo para comer, inclusive a farinha. Com isso, mudou a qualidade da alimentação, um dos motivos pelos quais a saúde das pessoas não é mais a mesma, segundo relatos dos moradores. Hoje, parte da população local tem hipertensão arterial, estresse, entre outros problemas de saúde. Além disso, como há um esvaziamento das comunidades, a classe média de Curitiba tem comprado casas e áreas para passar seus finais de semana e feriados.

As promessas de melhoria das condições de vida e geração de renda resultaram em algumas iniciativas, que foram se esvaziando ao longo dos anos. Um trabalho de organização de um grupo de mulheres em torno do propósito de gerar renda através de corte-costura funcionou algum tempo, mas hoje está parada, segundo os depoimentos de várias mulheres das comunidades. E a promessa de emprego por parte da SPVS tampouco foi cumprida. Ex-empregados das comunidades contam que a grande maioria foi demitida, restando apenas 7 funcionárias. Apenas um trabalho de produção de mel parece ter dado certo, porém não envolve diretamente as comunidades mais impactadas.

A luta das comunidades

No entanto, as comunidades buscam resistir à pressão da SPVS que só pode ter como objetivo a expulsão de todas elas. Uma delas organizou-se de forma especial. No início da década passada, em uma das localidades no município de Antonina, um fazendeiro queria vender sua área para SPVS, o que poderia levar à expulsão de todas as famílias que viviam no local. Elas se organizaram e com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizaram, em 2003, uma ocupação. Atualmente, há 20 famílias no local que lutam pela oficialização do acampamento, com o nome do ambientalista José Lutzenberger, para que seja um assentamento da reforma agrária.

Ao longo da luta árdua dessa comunidade contra as pressões do fazendeiro, da SPVS e de órgãos ambientais, foram denunciados crimes ambientais cometidas pelo próprio fazendeiro, como o desvio de um rio e o uso indiscriminado de agrotóxicos, os quais não foram ouvidos pelos órgãos ambientais. Foram realizados pequenos trabalhos de reflorestamento e, a partir da opção pela agroecologia, foi escolhida a proposta de trabalhar coletivamente através do sistema agroflorestal, como proposta principal para futuramente gerar renda para as famílias. Além disso, cada uma das famílias terá sua área individual para sua subsistência básica.

A área do acampamento faz limite com a área da SPVS, mas, segundo os moradores, as áreas de florestas sob controle das comunidades estão em melhores condições, se comparadas com as áreas da SPVS.

O futuro

Perto de uma das comunidades encontra-se uma casa de pesquisa no meio da floresta onde a SPVS faz pesquisas das espécies da Mata Atlântica, segundo contam moradores. Para isso, entrou numa parceria com o banco privado HSBC, através da 'Parceria de clima da HSBC' (HSBC climate partnership). Segundo o site da HSBC, trata-se de um 'programa ambiental inovador' para 'dar continuidade à preservação do planeta'. (4)

Enquanto isso, o futuro das comunidades está extremamente ameaçado se a proposta de preservação das áreas florestais da SPVS, que conta com todo o apoio do aparelho estatal, principalmente da área ambiental e da área policial, continue dominando na região. É absolutamente urgente que parem o abuso e a perseguição das comunidades. O que ocorre nessa região, conforme testemunham os moradores, são violações graves dos direitos humanos, inclusive sociais, culturais e ambientais.

Uma moradora conta que:

Sim, a gente sempre manteve a floresta, só que às vezes a gente precisa derrubar alguma coisa também, às vezes a gente precisa construir uma casa, precisa tirar uma madeira. No caso não pode, aí fica difícil (...) Antes a gente fazia para plantar roça onde hoje você não pode mais. No caso, quando a SPVS entrou, acabou tudo. Onde meu pai morava, hoje não pode mais. Que antes ele fazia roça, ele plantava mandioca, ele plantava feijão, hoje ele não tem nada mais, acabou tudo. (..) Antes não comprava feijão, não comprava milho, muitas verduras plantava que podia desmatar um pouco, que não mata alta mais baixa ele roçava, plantava, ele colhia a maioria das coisas da terra. E hoje não pode plantar, tudo tem que comprar. O arroz e o feijão que ele plantava bastante, a mandioca (..) antes a gente não via enfermidade, e hoje a maioria vive até doente, muitos. (...) Eles falaram, prometeram, que iam ajudar meu pai, mas até hoje a gente nunca viu nenhuma ajuda, sempre piorou, porque no caso, eles falaram que iam ajudar e depois veio a Força Verde e ainda queriam levar meu pai preso. Essa é a ajuda deles.

Para atacar o aquecimento global, é urgente também que as empresas norte-americanas envolvidas no projeto da SPVS comecem imediatamente a reduzir suas emissões de carbono, em vez de compensar emissões por meio de compra de créditos de carbono vindos de uma área onde o povo é castigado por algo que deveria ser motivo de respeito: sua prática de conservação da floresta.

(1) http://www.revistavisaoambiental.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=643:projeto-de-carbono-colabora-com-o-desenvolvimento-sustentavel-de-comunidades-no-parana&catid=5:noticias&Itemid=5

(2) http://www.spvs.org.br/download/boletins/bol_jan10.html :

(3) Comunidades que surgiram da miscigenação genética e cultural entre os primeiros colonizadores portugueses e indígenas que viviam no litoral. Vivem de forma isolada, praticando diferentes atividades para sua sobrevivência. (fonte: <http://www.ilhabela.com.br/CULTURA/index.html>)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- Para o 21 de Setembro

Para o dia 21 de setembro, Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores continuamos trabalhando na recopilación de sentires, vivências e depoimentos que dão conta da pródiga vida da floresta, tão afastada da erna uniformidade das plantações industriais de árvores.

As mitologias, lendas e contos constituem uma riquíssima fonte de conhecimento e observação coletiva que resgata os elementos essenciais e simbólicos de tudo o que resulta significativo para o ser humano.

E é por isso que com certeza a floresta se refleta neles, com suas luzes e sombras, seus mistérios e aromas, definindo sua enorme diversidade e sua função de morada e alimento de inumeráveis vidas vegetais, animais e humanas.

Os e as convidamos a enviar contos, lendas, mitos, poemas da floresta, da mata, da selva, para que sejam os povos que a conhecem e a amam os que a definam.

Lembramos-lhes também que continuamos com as diferentes propostas de nossa campanha por uma verdadeira definição de florestas. As mesmas são listadas no site da campanha, <http://wrm.org.uy/bosques.html>

*Porque a mata é pulmão,
Oxigênio e mamilo,
Defendamos a mata.*

*A mata é lama doce,
Água doce, raiz planetária,
Cântaro habitado, pena libertária,
Furacão amoroso ainda ignoto,
E também ninho de pássaros com voz e voto.*

*Da mata não se zomba e com ela não se brinca.
A mata não é rio mudo, nem lança cega.
A mata e hierarquia mundial,
Útero e raiz seminal.*

*A mata, é eterno germinal.
Etnia fulgurante e cosmogonia mítica.
Defendamos a mata.*

(Poema de Carlos Villacorta Valles, natural de Moyobamba, Região San Martín, Peru, que dirige o grupo literário "Generación Caoba")

